

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PROFESSORES PARA O INTERIOR PAULISTA: A ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO (1927-1939)

Leila Maria Inoue¹
Universidade Estadual Paulista
Campus de Marília
leilinoue@gmail.com

Este texto problematiza a história da formação docente no estado de São Paulo, sobretudo, a expansão do Ensino Normal Livre na região oeste paulista, nas décadas de 1920 e 1930. Os objetivos são analisar e compreender o processo de expansão das Escolas Normais Livres para o interior do estado e compreender o papel da Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo na formação de professores primários da região durante o período em que ela foi mantida pelo poder municipal (1928-1939). A Reforma da Instrução Pública de 1927 foi o ponto de partida, pois possibilitou a expansão das Escolas Normais Livres para o interior e litoral do estado.

O povoamento da região oeste paulista começou a crescer com a construção das ferrovias nas primeiras décadas do século XX para o transporte de passageiros e da produção agrícola, principalmente a cafeeira. De acordo com Love (1982, p. 48), a região oeste, composta pelas regiões denominadas de Alta Paulista e a Alta Sorocabana, foram as últimas regiões a serem ocupadas no estado. O desenvolvimento dessas regiões ocorreu após 1921, com a chegada dos primeiros imigrantes que vieram trabalhar nos cafezais e a população nessa região, entre 1920 e 1934, cresceu cerca de 350% (p. 49), impulsionando o desenvolvimento das cidades que surgiram às margens das ferrovias. Esse movimento de povoamento e posteriormente de urbanização também trouxe a necessidade de escolas primárias e professores para provê-las. Desse modo, muitos municípios reivindicaram ao governo estadual a criação de Escolas Normais nos novos núcleos urbanos. Essas reivindicações foram atendidas, de certo modo, pela abertura proposta pela Reforma de 1927, com a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais.

¹ Pós-doutoranda (Bolsa Cnpq) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, campus de Marília e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração da Educação e Formação de Educadores (GEPAEFE).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Este trabalho² tem a finalidade de ampliar os conhecimentos sobre a temática e contribuir com pesquisas correlatas. Para a realização deste estudo foi realizado o estudo sobre a história da formação docente no período; o mapeamento e a seleção e das Escolas Normais Livres; busca, organização, seleção, leitura e análise dos documentos sobre o Ensino Normal e também pesquisa nos acervos públicos e particulares e arquivos de algumas Escolas Normais Oficiais e Livres da região.

As fontes deste estudo foram documentos oficiais como leis e decretos, os documentos publicados pela Diretoria Geral da Instrução Pública e também os documentos encontrados no arquivo permanente da Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo como Livro de Visitas, Livros de Inscrições para exames de admissão, Livros de Atas de exame, fotografias, jornais e demais documentos que pudessem contribuir para a compreensão do processo de criação e organização da instituição. Com este estudo, busco responder algumas questões para compreender o processo de expansão do Ensino Normal livre: Como a instituição foi criada e organizada? Como se dava a relação entre a instituição e a Diretoria Geral da Instrução Pública? Quem eram os sujeitos (diretores, inspetores, professores e alunos)? Quais eram os saberes que circulavam?

Em meio a essas questões sobre a história da formação de professores, o desenvolvimento da pesquisa teve como fundamento as perspectivas da História Cultural com base nos estudos de Le Goff (1990), Marc Bloch (2002), Carvalho (1998), Certeau (2008), e Chartier. Esse último autor considera que:

A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. (1990, p.16-17)

Compreendo que os documentos analisados fornecem representações do que foi a Escola Normal Livre. Representações que foram construídas pelos agentes que os elaboraram ou os forjaram. Para isso, me aproprio do conceito de representação proposto por Chartier. Segundo o autor (1990, p. 17):

² Este trabalho resulta das pesquisas de Doutorado (2011-2015), realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, campus de Marília e de Pós-Doutorado em Educação (bolsa Cnpq) em andamento.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Nesse sentido, os acervos e arquivos das Escolas Normais fornecem importantes fontes de análise que possibilitam compreender como as determinações oficiais foram cumpridas - ou não cumpridas - pelos agentes escolares.

Foram encontrados poucos documentos da Escola no período estudado. Talvez parte desses documentos se perdeu nas mudanças de prédio durante a história da instituição. Por isso, na tentativa de reconstituir o passado, os acervos e arquivos escolares são de ímpar importância, pois, a análise dos seus documentos possibilita a compreensão da organização educacional, das transformações culturais e políticas e as tendências pedagógicas que formavam os professores em momentos distintos.

Para atender as reivindicações pela ampliação da instrução primária e prover essas escolas com professores devidamente formados, a Reforma de 1927, implantada pelo então Diretor Geral da Instrução Pública Amadeu Mendes, equiparou as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais e também reduziu o Curso Normal de cinco para três anos³. Com essa medida, a *Lei n. 2.269*, de 31 de Dezembro de 1927, impulsionou o segundo momento⁴ de expansão das Escolas Normais no estado de São Paulo, que até então, contava com apenas dez⁵ Escolas Normais Oficiais que se encarregavam de formar professores para atender a o Ensino Primário. Contudo, esse número se ampliou com a equiparação de pelo menos vinte e seis Escolas Normais Livres em 1928, segundo o Relatório de Amadeu Mendes (1929).

Com a abertura proposta pela Reforma de 1927, ocorreu a perda do monopólio do estado na formação de professores e os municípios e associações particulares puderam

³ Com exceção da Escola Normal de São Paulo, que manteve seu curso de cinco anos conforme determinou a Reforma Pedro Voss, em 1925. Os professores formados na Escola Normal de São Paulo gozavam de algumas regalias como: preferência para os cargos de diretores das escolas públicas, professores Escolas Normais e Inspectores de Ensino.

⁴ O primeiro momento de expansão das Escolas Normais foi com a Reforma de 1911, implantada pelo Diretor Geral da Instrução Pública Oscar Thompson, que transformou as escolas complementares em Escolas Normais Primárias e Secundárias e criou novas Escolas Normais desses dois tipos.

⁵ A Escola Normal de São Paulo (1846), Escola Normal do Braz (1913), Escola Normal de Campinas (1902), Escola Normal da Casa Branca (1912), Escola Normal de Piracicaba (1896), Escola Normal de São Carlos (1911), Escola Normal de Botucatu (1910), Escola Normal de Itapetininga (1894), Escola Normal de Pirassununga (1910) e Escola Normal de Guaratinguetá (1902).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

criar Escolas Normais Livres reconhecidas. Os egressos dessas instituições teriam os mesmos direitos daqueles formados pelas Escolas Normais Oficiais. Vale lembrar que algumas dessas escolas já existiam anteriormente, contudo, no âmbito do Ensino Normal, o estado de São Paulo reconhecia apenas os títulos de estabelecimentos oficiais (criados e mantidos pelo poder estadual) e os professores formados nessas instituições trabalhavam em escolas particulares e municipais ou como leigos em escolas públicas.

O Diretor Amadeu Mendes justifica que a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais era necessária pois:

As 10 escolas normais oficiais, diplomando uma média de 345 alunos por ano, eram insuficientes para atender às necessidades do ensino, pois para cumprir o encargo constitucional de fornecer instrução gratuita às 150.000 crianças em idade escolar e sem matrícula nas zonas rurais do Estado, devendo cada classe ter, em média 30 alunos, seriam necessários 5.000 professores, número esse que as escolas oficiais só num prazo mínimo de 6 anos poderiam dar. (MENDES, 1929, p. 46)

A Reforma de 1927, considerada medida de emergência, tinha como objetivo principal objetivo expandir o Ensino Normal para os novos núcleos urbanos que se formavam no estado e também ampliar o Ensino Primário, provendo as escolas que se encontravam fechadas por falta de professores e abrir novas escolas. Para obterem a equiparação, essas instituições deveriam seguir algumas condições como serem fundadas e mantidas por nacionais; seu corpo docente deveria ser integrado por professores brasileiros; os cursos e programas deveriam se organizar conforme os das Escolas Normais Oficiais; serem situadas em cidades onde não haviam Escolas Normais Oficiais; o lente de Pedagogia e Didática seria nomeado pelo estado; possuir patrimônio mínimo de 200 Contos de Réis e depositar, a cada seis meses, na Coletoria Estadual, o valor correspondente aos vencimentos anuais do Inspetor Fiscal e do professor de Pedagogia e Didática (SÃO PAULO, 1927) e ainda se submeterem à fiscalização dos Inspetores Escolares.

Em 1930 já haviam quarenta e nove instituições equiparadas, então após Amadeu Mendes deixar o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, seus sucessores ampliaram as condições para a equiparação. Fernando de Azevedo, enquanto diretor da Diretoria Geral do Ensino (1932-1933), estabeleceu as seguintes condições:

- a) serem mantidas por nacionais, associações de nacionais ou municipalidades;
- b) serem dirigidas por brasileiro nato, com as habilitações necessárias;
- c) terem corpo docente idôneo, registrado no Departamento de Educação;

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- d) respeitarem em seus cursos e programas, o estabelecido para as escolas normais oficiais;
 - e) funcionarem em prédios de boas condições higiênicas e pedagógicas;
 - f) possuírem mobiliário adequado, gabinete de ciências físicas e naturais, biblioteca especializada e material didático indispensável;
 - g) ocorrerem às despesas dos exames que forem prestados perante bancas constituídas com pessoal estranho á escola;
 - h) depositarem, cada ano de 1.º a 10 de janeiro no Tesouro do Estado ou na estação fiscal da localidade, a importância destinada ao pagamento do professor da 1.ª secção;
 - i) sujeitarem-se á fiscalização do Departamento de Educação, por intermédio das Delegacias Regionais de acordo com o regulamento que o Governo baixar.
- (SÃO PAULO, 1933)

Tais condições mais rigorosas foram uma forma de conter as equiparações diante do crescente número de Escolas Normais Livres criadas no estado. Inoue (2015) indica que houve a criação de novas Escolas Normais Livres após a implantação do Código de Educação, porém de forma mais tênue.

Com a Reforma de 1927, iniciou-se um processo de expansão das Escolas Normais Livres para o interior e litoral do estado e com assim, foram criadas as primeiras instituições desse tipo na região oeste paulista⁶. Uma dessas instituições foi a Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo. Ela foi criada pela Lei Municipal nº 429, de 25 de agosto de 1928, e instalada em 1929, durante o mandato do prefeito Leônidas do Amaral Vieira, em regime de externato para rapazes e moças. Ela ficou a cargo da municipalidade até 1939, quando foi transferida para o estado e transformada em Escola Normal Oficial de Santa Cruz do Rio Pardo (Decreto nº 10.336, 06 de junho de 1939). Há indícios de que a transferência se deu pela dificuldade financeira do município em manter a Escola Normal. Anos mais tarde, foi transformada em Escola Normal e Ginásio Estadual de Santa Cruz do Rio Pardo pelo *Decreto nº 15.236*, de 28 de novembro de 1945 (POLIANTÉIA, 1946, p. 44) e, atualmente, é denominada Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira.

Segundo Prado e Sato (2013), a Escola Normal inicialmente situou-se em um casarão da prefeitura, situado na Rua Coronel Emygdio José da Piedade, esquina com a Rua Catarina Etsuko Umezu e depois, em 1930, foi transferida para um prédio

⁶ Além da Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo, foram criadas a Escola Normal Livre de Lins (1929) criada pelo município de Lins e a Escola Normal Livre de Bauru (1928), também criada pelo município de Bauru, mas transferida para uma associação particular e transformada em Escola Normal Livre Guedes de Azevedo no mesmo ano.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

propriamente construído para seu funcionamento (imagem abaixo), localizado na Avenida Tiradentes, esquina com a Rua Marechal Bittencourt, onde permaneceu alguns anos após ter sido transformada em Escola Normal Oficial.

Sobre a construção desse prédio, o jornal Correio Paulistano divulgou que ele foi construído de acordo com as normas higiênicas exigidas. Segundo o jornal:

O prédio novo e magnífico, em suas elegantes linhas architectonicas, está situado à Avenida Tiradentes.

Tem todos os requisitos exigidos pela Hygiene.

É confortável e são amplos os seus salões.

Compõe-se em sua parte superior, de salão nobre, directoria e salas de aula para os professores.

A sua parte inferior comprehende officina de carpintaria, aula de modelagem gabinete de physica e chimica, sala de alumnos, curso preparatório municipal, anexo, e biblioteca. (CORREIO PAULISTANO, 1930, p. 5)

Pelas informações acima, é possível conhecer, mesmo que com poucos detalhes, a estrutura física da Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo. É possível observar também a intenção de reforçar que as instalações da Escola estavam de acordo com as exigências e com as normas de higiene do período. O Correio Paulistano informa ainda que cada aluno contribuiu para a construção do novo prédio com 360\$000 (moeda da época) por ano. Isso pode significar a dificuldade e também os esforços do governo municipal em manter a instituição. Um dos Inspectores Escolares registrou no Livro de Visitas, em 06 de setembro de 1930, que:

Installada, agora, em optimo e bello prédio que a municipalidade construiu - com boas accomodações para as classes, para o gabinete de phisica e chimica, para a biblioteca – a Escola esta actualmente bem aparelhada e em favoráveis condições para atingir seus altos objectivos. (ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, 1930, p. 06)

Imagem 1: Segundo Prédio da Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fonte: Acervo particular de Celso Prado e Junko Sato.

A Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo funcionou em regime de externato e aceitava matrículas de rapazes e moças. Assim como as demais instituições congêneres, cobrava mensalidades e taxas de seus alunos para se manter e era submetida às decisões do poder municipal. Em 06 de agosto de 1937, a *Lei Municipal nº 34*, concedeu a isenção de 40% das mensalidades aos alunos matriculados na instituição que fossem filhos de funcionários municipais. Tal desconto pode ser um estímulo para os funcionários públicos matricularem seus filhos na Escola Normal e anexas. Porém, as mensalidades eram cobradas como forma de manter financeiramente a instituição.

Como foi mencionado acima, as Escolas Normais Livres equiparadas deveriam se submeter também a fiscalização do estado por meio de um Inspetor Escolar nomeado pela Diretoria Geral da Instrução Pública. Era função do Inspetor observar se as condições exigidas para a equiparação estavam sendo cumpridas pela instituição. A prática dos Inspectores Escolares pode ser observada nas fontes, especialmente, no Livro de Visitas (1929-1935), pois eles deveriam deixar suas atividades registradas nesse livro, como examinar a escrituração, verificar as condições físicas do prédio e dos materiais, observação das aulas, participar em bancas de exames e orientar sobre a execução do programa e demais atividades pedagógicas e sobre diversos elementos da escola, como

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

horários, uniformes, comemorações cívicas, matrículas, organização da biblioteca, entre outros.

De modo geral, os documentos indicam que, inicialmente, a Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo funcionou de maneira muito precária. Segundo o Livro de Visitas (1929-1935), a inspeção começou no ano de 1929, pelo Inspetor Dario de Queiroz⁷. Esse Livro não apresenta uma regularidade nos registros, depois de 1930, há novos registros apenas em 1934, contudo, não é possível afirmar que não houve inspeção nesse período. As visitas foram feitas também por Inspetores especiais de Música, Ginástica e Trabalhos Manuais que registraram problemas como a precariedade, especialmente do primeiro prédio, dos espaços para as aulas de Ginástica, a falta de professor para a seção feminina de Ginástica, falta de materiais e documentação da escrituração incorreta. A estrutura da Escola melhorou com a construção de um prédio próprio em 1930.

Há poucas informações sobre os sujeitos da Escola. O primeiro Diretor foi o farmacêutico Agenor Camargo. Sobre o corpo docente nos primeiros anos de funcionamento da Escola, o jornal “Correio Paulistano” apresenta os nomes dos professores que atuavam na instituição durante o ano de 1930 – momento de inauguração do novo prédio. Segundo a notícia:

O corpo docente esta constituído de competentes educadores e é o seguinte: professor Antonio d’ Avila – Psychologia Didactica e Desenho; professor Francisco Pereira Junior – Portuguez e Historia; professora d. Henriqueta Corrêa Neto – Musica e Trabalhos; professor Amadeu Damato – Mathematica; professor Albino Mello de Oliveira – Gynastica; professora d. Zumira Rodriguez – Francez; professor dr. José de Queiroz – Physica e Chimica e Gracilio de Castro – professor de Trabalhos na secção masculina. A inspeção esta a cargo do Sr. Professor Dario de Queiroz. (CORREIO PAULISTANO, 1930, p. 5)

Dentre esses nomes, destaco o nome de Antonio d’ Ávila, que segundo a notícia e também sua biografia, foi professor de Psicologia, Didática e Desenho na Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo. Importante autor dos livros Práticas Escolares (1940) e Pedagogia: Teoria e Prática (1954), formou-se na Escola Normal de São Paulo, em 1920, onde foi discípulo de Lourenço Filho. Segundo sua biografia, iniciou sua carreira na região de Santa Cruz do Rio Pardo. Foi professor da Escola Rural de Irapé,

⁷ Formado na Escola Normal Primária, anexa a Escola Normal Secundária da Capital, em 1916.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em Xavantes, em 1921; professor das Escolas Reunidas do mesmo distrito, em 1923; professor adjunto do Grupo Escolar de Santa Cruz do Rio Pardo, em 1925, substituindo o diretor em 1926; foi professor de Psicologia, Pedagogia, Didática, Matemática e Desenho da Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo (TREVISAN, 2007, p. 25).

Conforme as exigências da Reforma de 1927 e também do Código de Educação de 1933, o professor de Pedagogia, Psicologia e Didática das Escolas Normais Livres deveria ser nomeado pelo estado, contudo, não foram encontrados documentos da nomeação de Antonio d' Ávila.

Sobre os alunos, o Livro de Inscrição para Exame de Admissão (1929-1933) e o Livro de Visitas (1929-1935) são os únicos documentos que trazem mínimas informações. Pelo Livro de Inscrição para Exame de Admissão é possível observar que o número de inscritos foi muito significativo e atraiu candidatos de várias cidades próximas a Santa Cruz do Rio Pardo como Ourinhos, Palmital, Salto Grande, Ipaussu, Bernardino de Campos, São Pedro do Turvo, Chavantes, Espírito Santo do Turvo e Fatura.

No ano de 1928, cujo ano letivo se iniciaria em 1929, a Escola Normal recebeu 88 inscrições de rapazes e moças para o exame de admissão e, conforme descrito no Livro de Visitas, foram 75 alunos matriculados em 1929 no 1º ano do Curso Normal (16 rapazes e 59 moças). Desses alunos, apenas 32 se matricularam para o 2º ano em 1930 (2 rapazes e 30 moças). Isso indica que pouco menos da metade dos alunos admitidos no 1º ano continuaram o curso no ano seguinte. Já a segunda turma (1930) foi bem menor que a anterior, com apenas 39 alunos matriculados (12 rapazes e 27 moças) no 1º ano. Nos anos posteriores, o número de inscritos para o exame de admissão à Escola Normal decresceu, mas não deixou de ser significativo: houve a inscrição de 20 candidatos para o ano de 1931; 28 candidatos para o ano de 1932 e 44 candidatos para o ano de 1933. É possível observar que as mulheres eram maioria entre os alunos.

Ainda sobre os alunos, foi encontrado nos arquivos da Escola um recorte de jornal, com uma nota denominada “Notícias sobre o início do nosso IELAV⁸”, escrita pelo professor Dr. Pedro César Sampaio, sem nenhuma referência. Na nota consta que:

O prédio em poucos dias foi adaptado para a Escola, paredes foram derrubadas para as salas de aula e a primeira turma com menos de 10 alunos formou-se no outro prédio da Avenida Tiradentes.

⁸ Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Dessa primeira turma de professores, alguns se acham, por sua cultura, em posição de maior destaque no Estado de São Paulo.

Desse modo, poucos alunos (menos de 10), dos 75 matriculados na primeira turma em 1929, conseguiram se formar. Isso pode indicar as dificuldades dos alunos em arcar com as despesas dos estudos nesse período. Ainda sobre os alunos, o periódico *A Cidade*, publicou um texto (sem autor e paginação) intitulado “Escola Normal Livre”, que apresenta informações sobre a atuação dos primeiros normalistas da instituição. Segundo o artigo:

A primeira turma de pedagogos, formada anno passado, encontra-se em franca actividade, espalhadas pelas fazendas dentro e fora do município, cumprindo sua missão altamente patriótica, alfabetizando os paulistas, espargindo o clarão da instrução entre as populações ruraes. A segunda turma que deixou a Escola, dentro em pouco rumará ao campo em busca de nossos patrícios analfabetos, trazendo-os ao seio da civilização. E, assim, vae nossa casa de educação concorrendo para o progresso, grandeza e prosperidade de São Paulo. (A CIDADE, 1933)

O texto apresenta indícios de que parte dos normalistas foi lecionar nas escolas isoladas e rurais da região, assim como era o intuito da Reforma de 1927 e evidencia, de certa forma, a necessidade de professores para essas escolas localizadas em regiões de difícil acesso.

Em relação aos saberes ensinados e aprendidos na Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo, não foi possível obter maiores informações. Pude apenas mapear os saberes prescritos pela Diretoria Geral da Instrução Pública por meio da Reforma de 1927 e do Código de Educação de 1933. A Reforma de 1927 reduziu o Curso Normal de cinco para três anos⁹ e estabeleceu as seguintes matérias: Português e Caligrafia; Francês; Geografia Geral e Geografia do Brasil; História da Civilização, História do Brasil e Educação Cívica; Aritmética, Álgebra e Geometria; Física e Química; História Natural e Higiene; Psicologia, Pedagogia e Didática; Desenho; Música; Ginástica e Trabalhos Manuais.

Para garantir a uniformização do Ensino Normal paulista, a Diretoria Geral publicou “Bases para a Organização e Execução dos Programas de Ensino das Escolas

⁹ Com exceção da Escola Normal de São Paulo, que manteve a organização de seu curso com cinco anos conforme estabelecido pelo Reforma Pedro Voss, em 1925. Os professores formados nessa instituição gozavam de algumas regalias como: preferência para os cargos de diretores das Escolas Normais, Escolas Profissionais e Escolas Secundárias, professores de Escolas Complementares e Normais e Inspetores de ensino.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Normaes Livres”, em 1929. Na apresentação do documento, Amadeu Mendes alude que essas bases deveriam servir provisoriamente à organização dos Programas de Ensino das Escolas Normais de três anos, pois as bases definitivas seriam organizadas e lançadas somente quando a Diretoria Geral recebesse as sugestões dos catedráticos das disciplinas e de todos os que se interessassem pelo assunto. Segundo essa publicação, para a matéria de Didática, era sugerido que “lições modelo” (de vários tipos) fossem aplicadas pelo professor catedrático para os normalistas, que em seguida as aplicariam em classes do Ensino Primário, e por fim, deveria haver críticas das aulas pelos normalistas, discutindo o conteúdo, o método didático e a atitude (postura) dos normalistas durante a aula prática. Assim, é possível dizer que observar bons modelos fazia parte da formação dos professores, segundo o propósito da Reforma.

Com a implantação do Código de Educação (1933), o Curso Normal sofreu algumas alterações e passou a ter dois anos de duração. O programa do curso era dividido em três seções: 1ª seção – Educação (Psicologia; Pedagogia; Prática de Ensino e História da Educação); 2ª seção – Biologia Aplicada à Educação (Fisiologia e higiene da criança; Estudos do crescimento da criança e Higiene da Escola); 3ª seção – Sociologia (Fundamentos da Sociologia; Sociologia educacional e Investigações sociais em nosso meio).

O único documento encontrado que poderia conter informações sobre os saberes seria o Livro de Atas de Exames (1939). Contudo, não é mencionado os conteúdos avaliados ou as teses que eram sorteadas para os alunos dissertarem. Pelas descrições dos exames é possível notar que as provas de Didática eram práticas, realizadas na escola primária anexa, conforme os exercícios sugeridos na publicação “Bases para a Organização e Execução dos Programas de Ensino das Escolas Normaes Livres”. Os exames das matérias de Desenho e Música também eram práticos e os alunos deveriam demonstrar as habilidades aprendidas desenhando objetos ou paisagens e cantando. Nos exames da seção feminina de Trabalhos Manuais, as moças tinham que demonstrar suas habilidades em bordar, costurar, fazer bainhas e trançar cestas de palha. Já na seção masculina, os rapazes tinham que demonstrar suas habilidades em marcenaria e tecelagem, por exemplo. Desse modo, havia a necessidade das salas especiais e materiais para a aprendizagem dos trabalhos manuais. Os exames de outras disciplinas, como

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Sociologia, História da Educação e Psicologia eram dissertativos. Diante das poucas informações, não é possível afirmar que a Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo seguia o Programa de Ensino estabelecido pelo governo. Mas a presença do Inspetor Escolar e do professor nomeado de Pedagogia, Psicologia e Didática poderia ser uma forma de controlar e de garantir que os saberes ensinados nas Escolas Normais Livres fossem os mesmos (ou o mais próximo possível) das Escolas Normais Oficiais. Esses dois cargos representam os olhos do governo nessas instituições.

Ao analisar o processo de expansão do Ensino Normal em São Paulo, considero que a Reforma de 1927 foi significativa e marca o segundo momento de expansão ao possibilitar a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais, rompendo o monopólio do estado na formação de professores primários. A equiparação possibilitou que a municipalidade e as associações particulares criassem suas Escolas Normais devidamente reconhecidas pelo estado. Essas mudanças transformaram o cenário educacional paulista, ampliando o Ensino Normal a fim de ampliar também o Ensino Primário.

Considero que o processo de expansão não foi homogêneo ou mesmo uniforme em todas as regiões do estado. A expansão está relacionada aos aspectos políticos, econômicos e culturais de cada região e essas características precisam ser consideradas. De fato, a região oeste paulista teve sua ocupação mais tardia do que outras regiões do estado e a expansão do Ensino Normal e Primário está relacionada ao movimento de ocupação e desenvolvimento de cada região.

Pela análise das fontes, verifiquei que a oficialidade não se apresenta conforme o indicado. Inicialmente, a Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo funcionou de forma precária. As condições impostas para a equiparação, em alguns momentos, são atenuadas pelos Inspectores para garantir a sobrevivência da instituição e o projeto de Amadeu Mendes. Essas instituições tiveram papel importante, sobretudo nos novos núcleos urbanos, para a ampliação da instrução, pois em algumas localidades elas possuíam a única biblioteca da cidade e eram as únicas instituições de ensino além das escolas primárias. Elas representavam o progresso e eram uma oportunidade (talvez a única) aos rapazes e, principalmente, às moças, de ampliar os estudos e seguir uma profissão. Contudo, nesse momento, a expansão do Ensino Normal não foi para todos os

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

jovens que pretendiam estudar, mas sim, para aqueles cujas famílias pudessem pagar as mensalidades e demais taxas.

Referências

A CIDADE. *Escola Normal Livre*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1930.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002. (tradução André Telles).

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. IN: CATANI, D. B.; SOUZA, C. P. (Org.). *Práticas Educativas Culturais Escolares Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 31-40.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. IN: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2008, p. 65-119.

CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CORREIO PAULISTANO. *O desenvolvimento da instrução na alta Sorocabana*. São Paulo, 16 maio 1930, p. 5.

ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO. *Livro de Visitas*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1929-1935. [Manuscrito]

_____. *Livro de Inscrição para Exame de Admissão*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1929-1933. [Manuscrito]

ESCOLA NORMAL OFICIAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO. *Livro de Atas de Exames da Escola Normal Oficial de Santa Cruz do Rio Pardo*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1939. [Manuscrito]

INOUE, Leila Maria. *Entre Livres e Oficiais: a expansão do Ensino Normal em São Paulo (1927-1933)*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MENDES, Amadeu. *Relatório: apresentado ao Secretário do Interior Dr. Fabio de Sá Barreto (1927-1928)*. São Paulo: Irmão Ferraz, 1929.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PRADO, Celso; SATO, Junko. Santa Cruz do Rio Pardo: memórias, documentos e referências. 2013. Disponível em: < <http://satoprado.ebook.blogspot.com.br/2013/07/escolas-pioneiras.html>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SANTA CRUZ DO RIO PARDO. *Lei Municipal n. 429*, de 25 de agosto de 1928. *Ata da Câmara Municipal*, Santa Cruz do Rio Pardo, 1928. [Manuscrito não paginado]

SAMPAIO, Pedro C. *Notícias sobre o início do nosso IELAV*. [recorte de jornal sem referências]

SÃO PAULO. *Decreto n. 2269*, de 31 de dezembro de 1927. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1927/lei-2269-31.12.1927.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. *Bases para Organização e Execução dos Programas das Escolas Normas de três anos*. São Paulo: Typographia Brasil e Rothschild, 1929.

_____. *Decreto n. 5. 884 (Código de Educação)*, de 21 de abril de 1933. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

_____. *Decreto nº 10.336*, de 06 de junho de 1939. Cria uma Escola Normal Oficial na Cidade de Santa Cruz do Rio Pardo. Disponível em:< <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto-10336-21.06.1939.html>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

_____. *Poliantéia Comemorativa do Primeiro Centenário do Ensino Normal do estado de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Bréscia, 1946.

TANURI, Leonor Maria. *A Escola Normal no Estado de São Paulo no período da Primeira República: contribuições para o estudo de sua estrutura Didática*. 1973. Tese (Doutorado em Educação) – Unesp, Marília, 1973.

_____. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: FEUSP, 1979.

TREVISAN, Thabatha Aline. *A Pedagogia por meio da Pedagogia: Teoria e Prática (1954)*, de Antonio d' Ávila. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp-Marília. 2007.

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**